

Urbanização, Desigualdade e Impactos Socioambientais na Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Abaeté, Salvador (Bahia/Brasil)

Resultado de Investigação finalizada

GT 15- Medio Ambiente, sociedad y desarrollo sustentable

Marília Flores Seixas de Oliveira (UESB- Brasil)
Joaquim F. Seixas de Oliveira (FAU-UFBA - Brasil)
Orlando José Ribeiro de Oliveira (UESB- Brasil)

RESUMO

Este trabalho, analisando a relação entre sociedade e meio ambiente, tem como objeto empírico a paisagem socioambiental da Lagoa do Abaeté (Salvador/Brasil), compreendida como patrimônio natural e cultural, discutindo impactos socioambientais e culturais gerados localmente pelo crescimento urbano desordenado, calcado na desigualdade social e nas imposições do mercado. Sendo exemplar de ecossistema de dunas e lagoas de longo complexo de restingas existentes historicamente na região, o Abaeté apresenta grande diversidade e elevado número de espécies endêmicas, em dunas compostas de vários microambientes, lagoas permanentes e lagos temporários, com charcos e riachos. No contexto de metropolização da cidade de Salvador, a trajetória da Lagoa do Abaeté revela, em escala, os problemas do uso e destinação dos recursos ambientais nas cidades atuais.

Palavras-chave: Turismo; Cultura; Meio Ambiente.

Este trabalho discute os impactos socioambientais e culturais gerados na paisagem da Lagoa do Abaeté (Itapuã/Salvador) ao ser transformada em lugar turístico, no processo de implantação de um modelo globalizado de economia do turismo, frente aos processos desordenados de crescimento urbano e de aumento das desigualdades sociais. Tomando como objeto empírico a paisagem da Lagoa do Abaeté, compreendida como patrimônio natural e cultural, testemunho da dinâmica social da população local e portadora de atributos simbólicos expressivos. Atualmente enquadrada como *Área de Proteção Ambiental das Lagoas e Dunas do Abaeté*, a paisagem da Lagoa do Abaeté constitui um conjunto de elementos naturais (geomorfologia, vegetação, sistema hidrográfico) e artificiais (arquitetura, urbanismo, sistema viário, fenômenos socioculturais) que se agrupam numa forma característica, definindo um lugar de interação de vários fatores de transformação, que são coletivamente percebidos e representados como memória e imaginário. Os principais objetivos da pesquisa relacionaram-se à análise dos impactos socioambientais e culturais nesta área de proteção ambiental transformada em lugar turístico e impactada pelo crescimento urbano desordenado e desigual, enfocando as várias dimensões deste processo.

Inserida no espaço urbano de Salvador, a Lagoa do Abaeté e o complexo ecossistema de dunas e restinga em seu entorno, vem sofrendo, ao longo dos últimos cem anos, diferentes processos de transformação, que têm impactado seu meio ambiente, gerando externalidades negativas que causam desequilíbrio, perda de biodiversidade, poluição, contaminação do lençol freático e outros problemas que aos poucos danificam os recursos naturais e comprometem a própria sobrevivência do ecossistema. Por meio do estudo de caso, analisou-se o processo de *turistificação dos lugares*, a partir da comunidade de Itapuã, na qual se insere a Lagoa, discutindo processos históricos do uso e da ocupação da área, desde quando os usos tradicionais do lugar pela comunidade local (pescadores / moradores de Itapuã) o circunscreviam como um *sítio de pertencimento simbólico* no sentido do conceito de Zaoual (2003) -, até quando se insere na lógica da economia do turismo (tornado *mercadoria e espetáculo*) e à

lógica do mercado, sofrendo todas as consequências da explosão urbana, do crescimento populacional e das determinações dos grandes interesses imobiliários.

Desde a sua fundação, em 1549, a cidade do Salvador acumulou, historicamente, diferentes funções, que interferiram continuamente na organização de seu sítio urbano. Sendo um dos núcleos urbanos mais antigos do Brasil, primeiramente desempenhou função defensiva, uma fortificação estratégica de controle e defesa do território conquistado pelos portugueses. Edificada intramuros em colinas dos trechos mais altos do continente na larga baía de Todos os Santos - que oferecia condições de abrigar grandes embarcações -, a cidade, margeando o mar e dispondo de ambiente físico-natural propício (abundância de água e terras férteis em seu entorno), tornou-se, assim, um abrigo peninsular e uma cidade portuária, estendendo suas funções também às administrativas.

A implantação da economia açucareira (ainda no século XVI) fez surgir, nos arrabaldes da cidade, os engenhos, intensivos em mão-de-obra escrava, trazendo à cena a forte presença dos negros, o que, desde então, tem sido uma marca distintiva na formação da população local. A vida urbana, durante os séculos seguintes, passa a depender fundamentalmente do trabalho escravo, responsável pela resolução de todo um conjunto das necessidades dos habitantes da cidade (GOMES, 1990). Os escravos rurais habitavam as senzalas, na típica configuração brasileira da sociedade do açúcar, sob rígidas formas de dominação e controle. No entanto, quando se tratava de escravos urbanos, a situação era diferente. Os escravos domésticos costumavam residir junto a seus senhores, enquanto que os escravos “de ganho” podiam residir em separado, longe do controle dos proprietários. Havia, portanto, uma diferença singular na existência cotidiana dos “de ganho”, pois desfrutavam de relativa “autonomia”, com a possibilidade maior de administrar seu tempo, podendo circular pela cidade e, constantemente habitar espaços diferenciados, como porões, “lojas”, cortiços e barracos construídos na periferia. De forma geral, outras localidades nas contiguidades mais distantes da cidade também passaram a servir de habitação àqueles que conseguiam fugir do sistema escravocrata: as comunidades agro-bélicas dos quilombos, que, a partir do século XVII, começam a surgir como fruto da resistência histórica à escravidão. Segundo VASCONCELOS (2006:22), “quilombos já teriam sido detectados em 1575 na orla atlântica e outro foi destruído no Rio Vermelho em 1632”.

Com o desenvolvimento das atividades agrícolas em suas cercanias, principalmente àquelas ligadas à economia do açúcar, das funções administrativas da cidade e das atividades portuárias e mercantis, o espaço urbano foi sofrendo novas interferências e expandindo progressivamente a ampliação do solo ocupado, dobrando sua população ao longo do século XVII, passando de 8 mil habitantes para mais de 15 mil (GORDILHO-SOUZA, 2000), atingindo, na virada do século, cerca de 40 mil pessoas. A produção agrícola no entorno da cidade foi incentivada nos primeiros séculos, frente à carência de alimentos, mas o uso da terra era controlado pelo poder público, no que dizia respeito às restrições de plantios e à exploração dos recursos naturais (AZEVEDO, 1969).

O ritmo do crescimento demográfico urbano manteve-se constante, quase duplicando a cada cem anos, até o século XIX, quando várias mudanças ocasionaram a intensificação do comércio, o crescimento das exportações e a diversificação das atividades econômicas (como o surgimento das primeiras fábricas e manufaturas), gerando também um significativo aumento populacional de Salvador, que passa de 60 mil (1800), para mais de 200 mil. Ainda sob o regime escravocrata, havia uma forte concentração de renda nas mãos de poucas famílias mais abastadas, e a grande parte da população urbana era formada por pessoas pobres. Destacava-se, para os estrangeiros visitantes, a presença negra (entre escravos e libertos) na cidade como um marco distintivo.

A segregação habitacional no sítio urbano foi configurando, nas primeiras décadas do século XIX, novas formas de morar na cidade, por meio de subdivisões de uma mesma edificação, com a proliferação de pequenos cubículos em velhos pardieiros ocupados pelos mais pobres, ocasionando assim a significativa densidade nas áreas centrais da cidade. Logo depois os sobrados do centro foram sendo cada vez mais subdivididos, multiplicando-se as pequenas unidades domiciliares, que darão

origem futuramente aos cortiços, bem como pela construção de quartos e “puxados” nos fundos dos imóveis. As formas de ocupação e de estruturação do espaço urbano para a moradia dos escravos, dos ex-escravos e da população mais pobre foram sendo marcadas pela uso intensivo das partes centrais da cidade e pela expansão progressiva de sua periferia (SANTOS, 1990).

Várias alterações urbanas aconteceram durante o século XIX, como a implantação de novas vias de comunicação e de transporte, mas que não trouxeram melhorias diretas na renda da população pobre, que continuava ocupando os pardieiros do centro e construindo seus casebres nas áreas mais afastadas do entorno da cidade (GORDILHO-SOUZA, 2008). Nos contextos mais carentes, em que uma infraestrutura precária se articulava com adaptações habitacionais insalubres e rudimentares, a sociedade passou a enfrentar também sérios problemas de higiene sanitária, com vários surtos de febre amarela e cólera, que devastavam a população, sobretudo as mais pobres. O adensamento do centro da cidade e o crescimento da população urbana resultaram em novos processos de expansão sobre o sítio urbano, com a ocupação das áreas aprazíveis das paragens mais afastadas do centro por bairros residenciais para a população mais rica, e do aparecimento de novos bairros pobres, nos arredores imediatos da cidade. Assim, de um lado surgiram os palacetes e jardins da burguesia enobrecida, e, de outro, as mais variadas modalidades residenciais pobres, como casebres e pequenas choupanas, construídas de taipa e cobertas de palha.

Durante o século XX a divisão socioeconômica espacial passou a ganhar contornos mais nítidos e a cidade se dividiu num novo sistema de exclusões sociais, atrelados à condição de moradia extremamente diferenciada, que distanciava a qualidade de vida das classes mais altas, ocupantes dos novos bairros nobres, e população mais pobre, que se concentrava tanto nas áreas mais antigas e degradadas, buscando domicílio em pequenos espaços (casas de cômodos e cortiços), quanto em casebres e choupanas erguidos nas periferias. As reformas urbanas, inspiradas por um modelo europeu de urbanização, orientaram-se também pelo abandono da população de origem escrava (VASCONCELOS, 2006).

Até a década de 1930, a cidade de Salvador conservou uma coesão espacial bem tradicional, vinculada à herança colonial. No final da década (1940), Salvador possuía uma população de 290.443 hab. e a Lagoa do Abaeté era, então, uma *paisagem* ligada à comunidade de pescadores de Itapuã e aos fiéis da religião do candomblé, para quem se constituía em *lugar sagrado* - morada de divindades das águas -, objeto de intenso uso ritual, além do uso ‘econômico’ das lavadeiras para complementar à renda familiar. A Bahia mítica se afirmou em histórias de pescadores, de amores mestiços e de deuses africanos, presentes na literatura de Jorge Amado, nas canções de Dorival Caymmi. Até então, a presença de “visitantes” exteriores ao sítio dava-se apenas em certas épocas do ano, quando alguns veranistas desfrutavam das belezas e da tranquilidade do lugar, articulando-se à cultura local. Itapuã - e a Lagoa do Abaeté - mantinha-se relativamente isolado, com vias de acesso difíceis, constituindo-se como um *sítio de pertencimento simbólico* (ZAOUAL, 2003).

Na primeira metade do século XX, a periferia de Salvador sofreu novos processos de ocupação, com fluxos migratórios vindos do campo, com grandes contingentes de população mais pobre chegando à cidade. Em 1940 a população urbana chegou a 290.443 habitantes. É deste período que datam as primeiras *invasões*, compreendidas como “movimentos de ocupação coletiva de população pobre, ocorridos à revelia dos proprietários da área” (GORDILHO-SOUZA, 2008:95).

Medidas foram adotadas para disciplinar o uso e a ocupação do solo, e um novo tipo de produção habitacional surgiu, atrelado ao ideário moderno, com zoneamentos funcionais mais definidos, como loteamentos para moradia, destinados tanto à classe média emergente quanto às classes pobres, configurando diferentes empreendimentos imobiliários que aceleraram o processo de parcelamento do solo. As iniciativas de planejamento urbano definiam também diretrizes para a escolha de locais para as habitações populares, com novos regulamentos, inclusive estabelecendo critérios para a erradicação das habitações precárias, como mocambos, cortiços ou casebres.

Em meados do século XX, os novos processos de planejamento urbano que se delineiam, apesar de se configurarem como novas (e mais efetivas) formas de se pensar a cidade, não responderam, contudo, às demandas de solução para a questão da moradia da população pobre, que passa, necessariamente, pelos sérios problemas de má distribuição de renda e pela ampliação da situação de pobreza de crescente contingente populacional. Se, por um lado, é a estrutura econômica capitalista a base primeira da exclusão social, que se manifesta inclusive como segregação espacial no sítio urbano, por outro lado as intervenções públicas de regulação sobre o uso do espaço resultaram fortalecendo as divisões sociais expressas na ocupação do solo urbano, articulando-se também aos interesses dos investimentos do mercado imobiliário.

Entre 1940 e 1950, a população de Salvador cresceu quase 50%, passando a 417.235 habitantes e trazendo sérios desequilíbrios no ordenamento do espaço urbano, ampliando sobremaneira a crise habitacional. Cresceram, assim, as grandes invasões coletivas de terrenos ociosos alheios, públicos ou privados, funcionando como alternativas de abrigo e moradia para grande parcela da população pobre.

Em 1950, com taxa de crescimento anual de 3,7%, Salvador duplicou a população (417.235 hab.). No Abaeté, o sítio aprazível e a diversidade cultural do *modus vivendi* da comunidade nativa atraíram artistas locais (músicos, pintores, fotógrafos), iniciando o processo de visitação do *lugar*. Desde os anos 1950, a Bahia inseriu-se na expansão nordestina da industrialização brasileira. Neste período, aos múltiplos efeitos da atividade petrolífera na economia baiana (grande volume de investimentos, expansão salarial, crescimento da indústria da construção, desfiguração arquitet nica etc.) se somam modificações geradas pela política de investimento da SUDENE, principalmente no aumento da oferta de empregos nos setores industrial e terciário (RISÉRIO, 2004). A partir de 1964, o regime militar consolidou o processo de desenvolvimento capitalista associando grandes capitais brasileiros e internacionais. A atualização histórica da Bahia (anos 1950-60) resultou da industrialização e da conjunção do processo de reforma urbana (avenidas de vale e túneis fazem a cidade explodir por todos os lados, trazendo novos problemas e tensões) e de modernização cultural.

A efetiva transformação do cenário econômico ocorreu com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (1978), que alterou radicalmente a configuração urbano-industrial da capital, acelerou o processo de fragmentação Salvador com o Recôncavo (sua região histórica), dissolvendo "a noção de uma região de Salvador, exceto como espaço urbano e industrial", sucateou "o patrimônio ambiental, urbano-viário intraregional e arquitetônico do Recôncavo", liquidando antigas atividades produtiva da rede urbana regional e comprometendo perspectivas de sustentabilidade da industrialização, de valorização ambiental e mesmo de desenvolvimento do turismo em sua orla interior. Salvador voltou-se para o litoral norte, separando-se do Recôncavo, tornando-se "uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido" (BRANDÃO, 2002:192). Salvador se definiu, então, 'como um espaço urbano extraindustrial', cuja vida econ mica centra-se na economia do lazer, entrelaçando três vertentes: a economia do *turismo*, a economia do *simbólico* (produção / comercialização da cultura) e a economia do *lúdico* (a festa, a diversão), conforme esquema proposto por Ris rio (2004).

A partir de 1960, a *indústria turística* apresenta-se como alternativa *limpa* de desenvolvimento, por supostos efeitos multiplicadores na geração de empregos e impostos e capacidade de dinamizar o mercado interno, disseminando-se entre os países uma expectativa de progresso via inserção no mercado internacional. Sendo denominado,   ocasião, de *indústria sem chaminés*, o turismo, crescendo nesse período   taxa de 10% a.a., difundiu-se internacionalmente como solução para superar a condição de pobreza e dependência econ mica, principalmente dos países subdesenvolvidos. Tais promessas não se realizariam, contudo, desta maneira.

Nesta década, a pavimentação da rodovia Rio-Bahia encurtou distâncias, possibilitou o acesso de números crescentes de visitantes buscando os atrativos baianos: cenário tropical, praias, cultura popular exótica. O crescimento populacional começ o a levar novos contingentes às regiões mais distantes do

sítio urbano, e as dunas de Itapuã e do entorno do Abaeté começaram a ser invadidas pela população mais pobre, resultando, desde então, em desmatamento, queimadas e assoreamento da lagoa. Os usos mais tradicionais, contudo, ainda se mantiveram, e o crescimento do turismo foi relativo entre 1960 e 1970.

Embora a Bahiatursa - órgão oficial de turismo - fosse criada em 1968, só após 1970 a infraestrutura instalada favoreceu a fixação de Salvador como polo turístico nacional, atraindo fluxos crescentes de turistas para os produtos da sua quitanda: praias, história, culinária típica, cultura popular exótica e festas, ingredientes que fixaram a visão de “capital do prazer” (RISERIO, 2004). O estabelecimento do turismo como ‘indústria’ (o *trade* turístico) resultou do contexto histórico e cultural no qual se cruzaram múltiplos processos sociais gerais, “como o desenvolvimento do individualismo, da urbanização, da industrialização e das mudanças nas condições de trabalho” (CASTRO, 2002:118) e de mudanças intelectuais e estéticas generalizadas que fizeram com que o prazer de viajar ganhasse força no imaginário ocidental.

O novo quadro da realidade baiana teve na *Petrobrás*, na *BR-324*, na *CHESF* e na *Sudene* os fatores básicos de transformação. O regime militar consolidou o processo de desenvolvimento capitalista associando capitais brasileiros e internacionais: com a implantação do Centro Industrial de Aratu (1967) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1976) a Bahia integrou-se ao conjunto da economia nacional, redefinindo totalmente sua estrutura econômica e metropolizando a cidade, cujo crescimento populacional a taxas anuais de 4,5 % no período 1960-1970.

A expansão imobiliária e o crescimento populacional levaram a cidade a se ampliar continuamente, alcançando localidades cada vez mais distantes, incorporando os bairros periféricos ao contínuo urbano. A valorização crescente da orla marítima, tanto pelo desenvolvimento da atividade turística quanto pelas demais atividades econômicas vinculadas à indústria cultural e do lazer, foi levando a uma ocupação gradual dos vazios urbanos e, paulatinamente a região da orla foi se urbanizando, as distâncias tornando-se simbolicamente menores, e a malha urbana alcançou Itapuã em definitivo.

As praias que até então eram consideradas distantes passaram a ser mais frequentadas, e, em paralelo a estes processos, as invasões coletivas de baixa renda foram se avolumando no percurso. O turismo, o lazer e as festas foram se firmando como forte componente da economia de Salvador. Novos impactos se impuseram sobre a área do Abaeté, como o aumento paulatino da retiradas das areias das dunas, aumento do número de turistas, processos de invasão coletiva e um número crescente de moradores em seu entorno, gerando mais lixo, poluição, desmatamento e assoreamento.

Na década de 1970, houve, em Salvador, uma significativa concentração de investimentos em infra-estrutura receptiva para o turismo (hotéis, centro de convenções), impulsionada pelo esforço estatal que buscava transformar a Bahia em ‘destinação turística’, considerando a ‘atratividade’ existente (patrimônio histórico, recursos naturais e manifestações culturais).

Destaca-se, aqui, o paradoxo intrínseco à própria atividade turística ao requerer, por um lado, uma constante oferta de sítios “atrativos” (recursos naturais + patrimônio histórico-cultural) para a visitação e o consumo de fluxos cada vez maiores de turistas e, por outro lado, ao exigir a preservação e conservação das qualidades originais que estabelecem a atratividade destes sítios. Apresenta-se, assim, uma situação paradoxal do turismo: quanto mais *paisagens*, mais atividade turística e quanto mais atividade turística, menos *paisagem* (ou seja, mais impactos socioambientais e culturais sobre a paisagem). A tensão existente entre o Turismo e a *Paisagem* pode desdobrar-se nas variáveis envolvidas no conceito de *paisagem* (foco da atratividade turística): a conservação dos recursos naturais (beleza natural, biodiversidade) e a riqueza e diversidade da cultura local (patrimônio histórico, manifestações tradicionais, produção musical, artesanato, culinária).

É, contudo, nos anos 1970 que ocorreram marcos importantes no processo de crescimento urbano da cidade de Salvador, sobretudo no que se refere à área de Itapuã e do Abaeté, até então uma distante

comunidade de pescadores e veranistas, desvinculada do perímetro propriamente urbano. Um destes fatores foi o grande crescimento populacional, que atingiu, em 1970, a marca de mais de um milhão de habitantes. Outro marco foi a implantação de um novo sistema viário, abrindo novas fronteiras urbanas, com grandes avenidas, novas rodovias interestaduais, fortalecimento do sistema de aviação, implantação de sistemas de ferry-boat, além das mudanças dos equipamentos estaduais, transferidos então para os novos eixos dinamizados. A faixa da orla marítima se constituiu, então, como uma das principais zonas da expansão urbana, alcançando Itapuã e todo o seu entorno. Na década seguinte, a área da orla foi ocupada também na faixa além de Itapuã, com numerosos loteamentos e condomínios.

O período 1970-80 foi marcado tanto pelo aumento dos problemas já existentes no entorno da Lagoa do Abaeté, quanto pelo enfrentamento de outras questões que ainda mais prejudicavam os recursos naturais e o ecossistema, como crescente extração da flora endêmica, redução do nível de água das lagoas, novos empreendimentos de impacto na área, vários loteamentos de classe média, impermeabilização do solo e contaminação do lençol freático.

A efetiva transformação da economia de Salvador, com a consolidação do Polo Petroquímico de Camaçari, alterou radicalmente a configuração urbano-industrial da capital, acelerou a fragmentação Salvador-Recôncavo, dissolveu "*a noção de uma região de Salvador, exceto como espaço urbano e industrial*", sucateou "*o patrimônio ambiental, urbano-viário intra-regional e arquitetônico do Recôncavo*", liquidou a rede produtiva regional (atividades como agricultura alimentar, pesca e produção de materiais de construção eram dependentes do complexo de vias e cidades da região), comprometendo perspectivas de sustentabilidade industrial, de valorização ambiental e até do desenvolvimento turístico em sua orla interior. Salvador voltou-se para o litoral norte, separando-se do Recôncavo, tornando-se "*uma gigantesca ilha ao lado de um mediterrâneo esquecido*" (BRANDÃO, 2002:192).

Os problemas avolumaram-se na Lagoa do Abaeté, mas só na década de 1980 a ação estatal voltou-se à proteção, porém sem o envolvimento e a participação comunitária necessários. Apesar de criado pelo município em 1980, o Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté não saiu do papel. Diante da forte pressão dos movimentos sociais e ambientalistas locais, face ao avanço das invasões (de baixa e alta renda) sobre as dunas, a um tipo de turismo descontrolado e mesmo à inércia governamental, que ameaçavam a integridade dos ecossistemas da Lagoa do Abaeté, o município então decretou a delimitação do Parque Metropolitano das Lagoas e Dunas do Abaeté (1.410,7 hectares), definindo formas de uso e ocupação do solo para as áreas do seu entorno imediato, em 1985.

Em 1987 foi criada, por decreto estadual, a Área de Proteção Ambiental - APA das Lagoas e Dunas do Abaeté, com 1.800 hectares. A proteção do Estado chegaria após o estrago produzido, nem tanto pelo turismo em si, mas, sobretudo, pela falta de controle público e, também, pelos equívocos e desacertos da solução popular para *a questão da habitação em Salvador*.

Ao final dos anos 80 a cidade atingiu a marca de dois milhões de habitantes. O turismo tornou-se, então, um dos vetores oficiais de crescimento econômico, sem, contudo, representar uma efetiva melhoria de vida para as classes sociais mais pobres. Apesar dos amplos investimentos, em curso no período, com o objetivo de fortalecer o turismo em Salvador, a atividade resultou não cumprindo o papel esperado em termos de emprego e renda para a população mais pobre, novamente à margem dos processos produtivos, e cujas invasões e ocupações informais inserem-se em zonas extremamente valorizadas sob o ponto de vista imobiliário e turístico.

Ao processo de ocupação coletiva de áreas públicas ou privadas para a moradia da população mais pobre, acompanharam igualmente os processos de consumo desenfreado dos bens naturais, com sérios impactos em seus ricos ecossistemas (restingas, matas, dunas, manguezais, praias etc.).

A ocupação habitacional desordenada causou várias externalidades negativas sobre as áreas verdes do município, sobre parcelas remanescentes da mata atlântica, sobre lagoas e dunas, e esta

situação, que se agrava na década de 1980, permanece até a atualidade, sem que o poder público consiga responder adequadamente ao problema.

Não apenas em Itapuã, mas em grandes trechos da orla marítima de Salvador, as invasões de “colarinho branco” sobre terrenos públicos também obedecem à lógica individual do interesse imobiliário, e casas particulares com alto padrão de construção foram edificadas em espaços de áreas verdes ou de áreas de proteção ambiental, configurando-se como um tipo ainda mais perverso de apropriação do bem comum e dos recursos naturais. As invasões “ricas”, estas impactaram terrivelmente as dunas e as restingas próximas a Itapuã e ao Abaeté, englobando, inclusive, grandes construções residenciais e até mesmo empreendimentos turístico-comerciais. Em 1993 foram inauguradas obras de urbanização do Parque Metropolitano do Abaeté, com prédios de uso distintos e implantação de infraestrutura viária de acesso ao Parque, com terminal de transporte urbano e estacionamento para visitantes, e trilhas pelas dunas para caminhadas.

A área metropolitana de Salvador, sofrendo as pressões e as consequências do crescimento urbano e da concentração populacional decorrente da migração rural, foi perdendo, gradativamente, grande parte de seus recursos naturais, e as cachoeiras, as dunas, os mananciais e as matas remanescentes deste sítio foram se desfigurando e se acabando. O sítio urbano desestruturou-se, num processo desordenado de ocupação do solo, sob a égide do capital e dos interesses dos setores privados da economia moderna, que influenciavam diretamente também na distribuição dos benefícios coletivos e infra-estruturares.

Desta maneira, em Salvador, as invasões habitacionais urbanas passaram a ocupar diferentes tipos de espaço na cidade: inicialmente ocorriam em áreas próximas aos antigos bairros populares, nas imediações periféricas do centro urbanizado, e, posteriormente passaram a atingir as áreas mais longínquas, como, por exemplo, as áreas próximas às antigas colônias de pescadores, como é o caso de Itapuã e, conseqüentemente, da área do Abaeté. A atração de grandes contingentes populacionais pobres e o crescimento urbano levaram, assim, a uma anexação gradual dos arredores da cidade e dos recursos naturais que neles existiam, como os do ecossistema das dunas e lagoas do Abaeté. A definição das áreas de parques e de proteção não se faz acompanhar por ações necessárias, de garantia da proteção ambiental almejada e de resolução dos problemas da população excluída.

As ações voltadas para o desenvolvimento econômico não corresponderam nem os investimentos sociais necessários nem o cuidado ambiental requerido. Percebe-se, assim, que o modelo de desenvolvimento hegemônico que embasou as políticas públicas na cidade de Salvador se caracterizou, de fato, pelo falta de cuidado com os recursos ambientais (utilizados de maneira predatória), pela geração de desigualdades sociais, pelo crescimento da pobreza e da miséria, resultando em um número cada vez maior de pessoas em vulnerabilidade, que, por sua vez, exercem uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Neste sentido, paradoxalmente, os problemas ambientais enfrentados na atualidade derivam também de consequências inesperadas de certas formas de crescimento econômico (BRUNDTLAND:1991).

O grande crescimento do déficit habitacional nas últimas décadas em Salvador configura-se como um dos mais sérios problemas para a preservação das áreas verdes e, neste caso, para a preservação dos frágeis ecossistemas da Área de Proteção Ambiental do Abaeté, que tem em seu entorno imediato bairros como Nova Brasília, originário de invasões coletivas nas áreas das dunas, consolidadas há mais de 20 anos e extremamente populoso.

Apesar da consolidação das primeiras invasões na área das dunas do Abaeté há décadas, apesar do enquadramento das suas dunas e lagoas como Área de Proteção Ambiental (tendo, portanto, seus recursos naturais protegidos por legislação ambiental específica), apesar ainda do empenho de ONGs e de militantes das áreas ambientais e do aumento da consciência crítica em relação à necessidade de preservação da natureza e da biodiversidade, as invasões da área do entorno do Abaeté continuam a acontecer cotidianamente.

Em maio de 2008, uma área local foi invadida por um grupo de famílias sem-teto, que construíram mais de cinquenta barracos. A ação das instâncias públicas de policiamento e de controle (no caso: Companhia de Polícia de Proteção Ambiental e Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo) demoliu os barracos, mas, no dia seguinte, alguns deles já haviam sido levantados novamente. Assim à ação policial e de vigilância sobre a APA corresponde também uma ação de resistência dos invasores que, para erguerem seus barracos, desmatam a vegetação nativa. O problema das invasões urbanas ganha, portanto, contornos diferenciados, quando se trata de ocupações de áreas de preservação ambiental, como é o caso das dunas do Abaeté.

As bases simbólicas que dão suporte aos elementos da identidade partilhada do bairro de Itapuã, sendo do âmbito da cultura, remetem às práticas efetivas dos habitantes e aos processos históricos que foram modificados pelo alcance da metropolização. Um dos suportes para o imaginário partilhado e para a re-atualização dos signos de referência é o Abaeté, com suas dunas e lagoas, lugar que assume um caráter especial no imaginário e na memória coletiva.

As simbologias relacionadas ao Abaeté adquirem várias dimensões. De início, há um forte apelo cultural, que relaciona o lugar, desde os primórdios de sua ocupação, às lembranças coletivas de uma forma particular de viver. Esta *localidade nostálgica*, ainda que situada no passado, vive uma existência encantada, numa circunstância atemporal típica dos mitos, pois não se perde no tempo, mas, antes, continua a emanar sentidos e a vitalizar identidades, na contramão do desencantamento da modernidade. Assim, a simbologia da cultura (local ou mesmo regional) tem grande peso na representatividade da área, considerando que, em seu sentido mais amplo, cultura é uma forma de falar sobre identidades coletivas (KUPPER, 2002). A Lagoa do Abaeté (e toda a sua Área de Proteção Ambiental) é tomada como *nicho cultural simbólico*, que adquire um peso ainda maior quando contraposto a um contexto mais amplo, o da vida moderna urbanizada, traduzido pela falta de enraizamento da vivência na metrópole e pela desvinculação com a natureza.

A relação com a natureza se constitui, em seguida, a outra dimensão simbólica fortemente relacionada ao Abaeté. Signo de beleza natural, o lugar é tomado simbolicamente como *nicho ecológico* a ser preservado, associando os elementos do meio biofísico ao patrimônio cultural, no conflito direto com as demandas e as consequências de uma urbanização desigual, que geraram processos visíveis de degradação física da área das dunas e lagunas do Abaeté.

Num sentido amplo, podemos tomar os processos sofridos pela Lagoa do Abaeté como uma síntese representativa dos problemas ecológicos do planeta. A crise ambiental contemporânea pode ser claramente percebida pela análise das singularidades históricas, culturais e ambientais do Abaeté (Itapuã, Salvador), manifestando-se pelos recursos naturais impresados e consumidos pela metropolização, ficando marcado, assim, o apelo ao princípio da precaução, à proteção do meio ambiente, à busca de políticas urbanas mais justas, democráticas e participativas, bem como à valorização das diversidades (culturais, étnicas, socioambientais) e à preservação da vida em seu mais amplo aspecto.

Tanto em Itapuã quanto no Abaeté transparecem todas as mazelas da urbanização desigual, eivada pela exclusão social e pelo consumo desenfreado dos recursos naturais. Elegendo o Abaeté como signo agudo da articulação entre cultura, meio ambiente e turismo, e compreendendo a ampla imbricação destes campos simbólicos, tais elementos podem ser contrapostos à força de um mundo globalizado, desencantado, poluído e desvinculado com a natureza. A centralidade do processo de urbanização/metropolização deve ser analisada criticamente, abrangendo também as dinâmicas relativas à capacidade de resistência e de reinvenção da vida, nutridas pelas especificidades dos sítios de pertencimento simbólicos e dos vínculos enraizados das identidades culturais revigoradas.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Pedro. **Embarcações do Recôncavo**: um estudo de origens. Salvador: Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, 1973.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. **Planejamento**. Salvador, v.5, n.4, p. 122-135, out/dez. 1977.
- AMADO, Jorge; DAMM, Flavio e CARYBÉ. **Bahia, boa terra, Bahia**. Rio de Janeiro: Imagem, [1966].
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). **Pós-liberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AUGEL, Moema Parente. **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**. São Paulo: Cultrix/INL-MEC, 1980.
- AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade de Salvador**. 3 ed. Salvador: Itapuã, 1969.
- _____. A cidade do Salvador no começo do século XIX. In: **Cidade do Salvador**: aspectos geográficos, históricos, sociais e antropológicos. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 69-75.
- BANDUCCI JR., Álvaro e BARRETTO, Margarita. (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 2 ed. Campinas: Papirus, 2002.
- BARROS, João Teixeira. A pesca da baleia na Bahia. **Revista do Norte**, Salvador, v.1, n.1, 1910.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. **Planejamento**. Salvador, v.6, n.2, p.155-72, abr/jun, 1978.
- _____. Planejar qualidade: em favor dos sistemas urbano-regionais. **Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 179-93, set. 2002.
- _____. (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa Jorge Amado/Academia de Letras da Bahia/UFBA, 1998.
- BRITO, João Rodrigues de. Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio na Bahia (1821). In: CALMON, F. M. de Goes (ed.). **A economia brasileira no alvorecer do século XIX**. Salvador: Progresso, 1960.
- BRITTO, Ivomar Carvalhal *et al.* Flora fanerogâmica das dunas e lagoas do Abaeté Salvador, Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.11, p.31-46, jan./jun. 1993.
- BRUNDTLAND, Gro H. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BURSZTYN, Marcel. (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 2 ed. rev. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967.

CAROSO, Carlos e RODRIGUES Núbia. Nativos, veranistas e turistas: identidades, mudança e deslocamento sociocultural no litoral norte da Bahia. **Turismo em Análise 9**. São Paulo, 1998.

CASTELLUCCI Jr. Wellington. Pescadores e baleeiros: a atividade da pesca da baleia nas últimas décadas dos oitocentos, Itaparica: 1860-1888. **Afro-Ásia**, 33 (2005), 133-168.

CAYMMI, Dorival. **Cancioneiro da Bahia**. 5 ed.rev. e amp. Rio de Janeiro: Record, 1978.

CAYMMI, Stella. **Dorival Caymmi**: o mar e o tempo. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CERRO, Francisco Leno. **Técnicas de evaluación del turismo**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y turismo, 1993.

DIAS TAVARES, Luís Henrique. **História da Bahia**. 10 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil colonial II. **Revista de História**. São Paulo, v. XVI, n.33, p 149-175, janeiro 1958.

FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. de. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v.3, n.4/5, 1990, p. 9-19.

GABRIELLI, José Sérgio. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia**: uma tentativa de interpretação histórica. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador. (mimeo.).

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GORDILHO SOUZA. Mudanças urbanas em Salvador no final do século XX. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, BA, SEI, v.9, n.4, p. 53-73, março 2000.

GUIMARÃES DA SILVA, Paulo R. Identidade, territorialidade e ecologismo: o caso da Lagoa do Abaeté. **Caderno CRH**. Salvador, v.6, n.18, p.117-37, 1983.

HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. **Textos Didáticos**. n.18. Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.

INVASORES são expulsos da Área de Proteção do Abaeté. **A Tarde**, Salvador, 14 mai. 2008. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=884030>>. Acesso em 14/05/2012.

INVASORES ameaçam reconstruir no Abaeté. **A Tarde**, Salvador, 15 mai. 2008. Disponível em <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=884553>>. Acesso em 15/05/2012

KUPPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: EDUSC, 2002

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **A Bahia; a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PENTEADO FILHO, Paulo de Arruda. Planejamento Urbano em Salvador. **Veracidade**. Salvador, v.1, n.2, p. 5-11, out./dez. 1991.

QUERINO, Manuel. **A Bahia de outrora**. Salvador: Progresso, 1955.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, 15 (1992), p. 100-26.

RISÉRIO, Antonio. **Caymmi: uma utopia de lugar**. São Paulo: Perspectiva; Salvador: COPENE, 1993.

_____. **Uma história da cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SAMPAIO, Theodoro. **História da fundação da cidade do Salvador**. Salvador: Beneditina, 1949.

SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás: Bahia, 1814. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 373-406.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA SANTOS, Mário Augusto da. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura**. Salvador, v.3, n.4/5, 1990.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2(2):46-71, mai.-ago. São Paulo: USP, 1988.

TEIXEIRA, Cid. **Bahia em tempo de província**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração. **GeoUSP Espaço e Tempo**. São Paulo, n.20, p. 19-30, 2006.

VERGER, Pierre. **Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo**. Salvador: Corrupio; São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 3 vol.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.